

ERRATA Nº 02 - EDITAL Nº 01/2011

CONCURSO PÚBLICO

SÚMULA: Dispõe sobre a retificação do Edital de Abertura nº. 01/2011 e seus Anexos que trata da abertura de vagas para o **Concurso Público Municipal**.

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital de Retificação, como segue:

ONDE SE LÊ:

1 – DOS CARGOS A SEREM PROVIDOS

Vagas	Cargos	Requisitos Mínimos	CH	Salário Inicial (R\$)	Taxa de Inscrição (R\$)
* RT	TNS/PEDAGOGO / ORIENTADOR ESCOLAR	Superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional ou Superior em Pedagogia com pós graduação em Orientação Educacional ou Superior em Pedagogia com formação no âmbito da Resolução CNE/CP nº 01 de 15/05/2006.	44	2.748,07	70,00
* RT	TNS/PEDAGOGO / SUPERVISOR PEDAGÓGICO	Superior em Pedagogia com habilitação em Supervisão Educacional ou Superior em	44	2.748,07	70,00

		Pedagogia com pós graduação em Supervisão Educacional ou Superior em Pedagogia com formação no âmbito da Resolução CNE/CP nº 01 de 15/05/2006.			
07	TÉCNICO EM RAIOS X	Ensino Médio Completo com Curso Técnico na Área e Registro no Conselho de Classe	44	1.227,45	45,00

NO ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS

CARGOS: Educador Infantil, Professor PII/Educação Religiosa, Inspetor Escolar, Professor PII/Matemática, Professor PII/História, Professor PII/Educação Física, Professor PII/Língua Portuguesa, Professor PII/Geografia, Professor PII/Inglês, Professor PII/Ciências, Pedagogo/Supervisor Pedagógico, Pedagogo/Orientador Escolar e Psicopedagogo

CARGO: AGENTE FISCAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Conhecimento sobre Ações e Atribuições do Agente Fiscal; Conhecimento sobre Processo Administrativo (Infração, intimação, termo de ciência, interdição, etc); Conhecimento sobre Alimentos; DTA (doenças transmitidas por alimentos); Surto Endêmicos; Conhecimento sobre Zoonoses, animais peçonhentos (lonomia, aranha marrom, aranha armadeira, escorpiões e cobras); Conhecimento sobre dengue, leptospirose e demais doenças veiculadas por água e alimentos; Leis Federais nºs. 8080/90, 6437/77, 9782/99, 5991/73; Noções de risco em epidemiologia e Saúde da Família; Conhecimento sobre coleta de água e alimentos, e como informar uma confecção de caixa séptica, sumidouro, desindetização, limpeza de caixas de água; Código Sanitário Estadual; Noções de atendimento ao público e gerenciamento de conflitos; Conhecimento sobre Ações e Atribuições da Vigilância Sanitária.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- Lei Federal 8080/90.
- Lei Federal 6437/77.
- Lei Federal 9782/99.
- Lei Federal 5991/73.

- Constituição Federal.
- Legislação Sanitária Estadual.
- Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

CARGO: EDUCADOR INFANTIL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene; A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade. Lei 9.394/96. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB Nº 01, de 07/04/99 e Parecer CNE/CEB Nº 22/98 aprovado em 17/12/98. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino de Minas Gerais. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 de 13/07/90.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Editora UFMS e Autores Associados, Campinas, SP, 2001. BRASIL. Lei 9.394 de Diretrizes e Bases para a Educação o Brasil de 20 de dezembro de 1996. ARCE, A.; MARTINS, L. M.; **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?: em defesa do ato de ensinar**. São Paulo: Alínea, 2007. ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton. **Brincadeiras de papéis sociais na Educação Infantil**. São Paulo: Xamã, 2006. LEONTIEV. A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978. Capítulos: Aparecimento da consciência humana; homem e a cultura; o desenvolvimento do psiquismo na criança. LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem na escola. Reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador — BA, Ed. Malabares, 2005. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Trabalho, sociedade e valor**. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política. Uma introdução crítica**. SP: Cortez, 2006. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História a Educação Brasileira. A organização escolar**. SP, Campinas: Autores associados, 2003. SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**, 5ª Ed. São Paulo, autores associados, 1995, 2003. SEED/PR. **Avaliação, sociedade e escola. Fundamentos para reflexão**. (org. Lúzia Helena Nagel) Curitiba, 1986. Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

CARGO: FISCAL DE RENDAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Taxas, Tributos, Impostos, Emolumentos, Fato Gerador; Isenção dos contribuintes; Responsabilidade tributária; Lei 8666/93; Contribuição de Melhoria, Hierarquia, Código de Postura Municipal; Código Tributário Nacional; Código Tributário Municipal; Constituição Federal; Noções básicas de informática; Noções básicas de atendimento ao público.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- Constituição Federal
- Código Tributário Municipal
- Código Tributário Nacional
- Código de Postura Municipal
- Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

CARGO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/PROCURADOR MUNICIPAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: I - DIREITO CONSTITUCIONAL. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos Municípios. Da Administração Pública. Dos Servidores Públicos. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Da tributação e do orçamento. Das limitações do poder de tributar. Dos impostos da União. Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal. Dos impostos dos Municípios. Das finanças públicas. Da ordem econômica e financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica. Lei de Responsabilidade Fiscal. II - DIREITO TRIBUTARIO. Código Tributário Nacional. Código Tributário Municipal. Competência tributaria. Impostos. Taxas. Contribuição de melhoria. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributaria. III – DIREITO ADMINISTRATIVO. Administração Pública. Atos administrativos. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos e administração indireta/Entidades Paraestaduais. Domínio Público (Bens Públicos). Responsabilidade Civil da administração. Controle da administração pública. Improbidade administrativa. Processo administrativo e sindicância. Tomada de contas especial. IV - DIREITO FINANCEIRO Noções introdutórias: As necessidades públicas e a atividade financeiro do Estado; Ciência das Finanças e Direito Financeiro; O Direito Financeiro no quadro da Ciência do Direito; Definição e princípios. Conteúdo; Normas Gerais de Direito Financeiro. Receita Pública: Entradas e receitas. Classificação das receitas; Receitas derivadas. Receitas tributárias. Imposto. Taxa e contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições. Repartição das receitas tributárias; Receitas originárias, Teoria dos preços. Taxa e preço; Federalismo fiscal. Despesa pública; Conceito e características; Despesas obrigatórias, constitucionais, legais e facultativas. Despesas com pessoal (Lei de Responsabilidade Fiscal); Regime Jurídico;

Orçamento; Conceito. Origem. Regime jurídico do orçamento público. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários; Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual; O orçamento na Lei n. 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal; Tramitação legislativa. Iniciativa. Emendas. Promulgação; Orçamento Participativo. Fiscalização financeira e orçamentária; Tipos de controle; Controle interno e externo; Lei de Responsabilidade Fiscal. Origem. O F.M.I e a exigência do controle; Federalismo. Normas nacionais; Receitas e despesas. Transferências voluntárias. Subvenções; Dívida e endividamento. As Resoluções do Senado; Operações de crédito. Garantia e contra-garantia; Restos a pagar; Precatórios judiciais. Emendas Constitucionais no 30/00 e 37/02; Tribunais de Contas. Organização; Função "jurisdicional" e controle judicial; Competência; Sigilo bancário; Crédito público. Natureza jurídica; Noções fundamentais; Empréstimos públicos e suas espécies; Limites do crédito; Resgate e extinção. Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Lei complementar nº 101/00; Lei nº 11.107 de 06 de Abril de 2005. Princípio Federativo e Republicano; Autonomia Municipal; Princípios Informativos da Administração Pública; Competência Tributária; Tributos Municipais em Espécie; Imunidades; Princípios Tributários; Lançamento Tributário; Constituição do Crédito Tributário; Prescrição e Decadência Tributária; Elisão e Evasão Fiscal; Poder de Fiscalização; Execução Fiscal; Obrigação Tributária, Sujeito Ativo e Passivo da Obrigação Tributária, Responsabilidade Tributária.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional. 8ª edição. Malheiros Editores, São Paulo, 1992.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20ª edição, Malheiros Editores São Paulo, 1992.
- ICHIARA, Yoshiaki. Direito Tributário. 6ª Edição, Editora Atlas. São Paulo. 1994.
- NUNES, Elpidio Donizete – Curso Didático de Direito Processual Civil. Editora Belo Horizonte, 2003.
- Novo Código Civil (atualizado);
- Código de Processo Civil;
- Código Tributário Nacional.
- Lei Orgânica Municipal; Código Tributário Municipal; Código de Posturas do Município de Varginha.
- Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

LEIA-SE:

1 – DOS CARGOS A SEREM PROVIDOS

Vagas	Cargos	Requisitos Mínimos	CH	Salário Inicial (R\$)	Taxa de Inscrição (R\$)
* RT	TNS/PEDAGOGO / ORIENTADOR ESCOLAR	Superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional ou Superior em Pedagogia com pós graduação em Orientação Educacional ou Superior em Pedagogia com formação no âmbito da Resolução CNE/CP nº 01 de 15/05/2006ou licenciatura plena em qualquer área com pós graduação em Orientação Educacional.	44	2.748,07	70,00
* RT	TNS/PEDAGOGO / SUPERVISOR PEDAGÓGICO	Superior em Pedagogia com habilitação em Supervisão Educacional ou Superior em Pedagogia com pós graduação em Supervisão Educacional ou Superior em Pedagogia com formação no âmbito da Resolução CNE/CP nº 01 de 15/05/2006 ou licenciatura plena em qualquer área com pós graduação em Supervisão Educacional.	44	2.748,07	70,00
07	TÉCNICO EM RAIOS X	Ensino Médio Completo com Curso Técnico na Área e Registro no	24	1.227,45	45,00

NO ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS

CARGOS: Professor PII/Educação Religiosa, Inspetor Escolar, Professor PII/Matemática, Professor PII/História, Professor PII/Educação Física, Professor PII/Língua Portuguesa, Professor PII/Geografia, Professor PII/Inglês, Professor PII/Ciências, Pedagogo/Supervisor Pedagógico, Pedagogo/Orientador Escolar e Psicopedagogo

CARGO: AGENTE FISCAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Conhecimento sobre Ações e Atribuições do Agente Fiscal; Conhecimento sobre Processo Administrativo (Infração, intimação, termo de ciência, interdição, etc); Conhecimento sobre Alimentos; DTA (doenças transmitidas por alimentos); Surtos Endêmicos; Conhecimento sobre Zoonoses, animais peçonhentos (lonomia, aranha marrom, aranha armadeira, escorpiões e cobras); Conhecimento sobre dengue, leptospirose e demais doenças veiculadas por água e alimentos; Leis Federais nºs. 8080/90, 6437/77, 9782/99, 5991/73; Noções de risco em epidemiologia e Saúde da Família; Conhecimento sobre coleta de água e alimentos, e como informar uma confecção de caixa séptica, sumidouro, desindetização, limpeza de caixas de água; Código Sanitário Estadual; Noções de atendimento ao público e gerenciamento de conflitos; Conhecimento sobre Ações e Atribuições da Vigilância Sanitária. Lei 2913/1997 Glossário. Lei 2988/1997 Metodologia de multas – Alteradas pela lei 3099/1998. Lei 3006/1998 Código de Obras Habitacionais. Lei 3068/1998 Código de Obras Não Habitacionais- Alterada pela Lei 4361/2005. Lei 3180/1999 Parcelamento do Solo. Lei 3181/1999 Uso e ocupação – Alterada pelas leis 4029/04 e 4063/05. Lei 3519/2001 Caçambas. Lei 3543/2001 Construção, Reconstrução e Reparo de passeios. Lei 4876/2008 Limpeza e Terrenos. Código de posturas do município – Lei 2.962/97 com alterações feitas pelas leis 3.566/01, 3.884/03, 3.982/03, 4.143/04, 4.179/04, 4.181/04, 4.364/05, 4.487/06, 4.712/07, 4.840/08. Lei Municipal 3.769/02 alterada pela Lei 4.178/04. Lei Municipal 3.864/03. Lei Municipal 3.606/01 alterada pelas Leis 3.618/02 e 3.887/03. Lei Municipal 3.795/02. Lei Municipal 3.601/01 alterada pela Lei 3.625/02. Lei Municipal 4.951/08. Lei Municipal 3.510/01 alterada pela lei 4.009/03. Lei Municipal 2.988/97 alterada pelas Leis 3.099/98 e 5.194/10. Lei Municipal 3.863/03 alterada pela lei 5.365/11. Decreto Municipal 4.126/06. Decreto Municipal 2.841/02 alterado pelo decreto 2.882/02. Decreto Municipal 3.264/03. Decreto Municipal 2.710/01. Legislações Municipais Referentes ao Setor de

vigilância Sanitária: Lei Municipal 2.990/1997 (Código Sanitário). Lei Municipal 2.974/1997 (Código de Meio - ambiente).

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- Lei Federal 8080/90.
- Lei Federal 6437/77.
- Lei Federal 9782/99.
- Lei Federal 5991/73.
- Constituição Federal.
- Legislação Sanitária Estadual.
- Legislação Municipal e Decreto Municipal solicitados no Conhecimento Específico.
- Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

CARGO: EDUCADOR INFANTIL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS:

Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene; A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade. Lei 9.394/96. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB Nº 01, de 07/04/99 e Parecer CNE/CEB Nº 22/98 aprovado em 17/12/98. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino de Minas Gerais. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 de 13/07/90.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Editora UFMS e Autores Associados, Campinas, SP, 2001. BRASIL. Lei 9.394 de Diretrizes e Bases para a Educação o Brasil de 20 de dezembro de 1996. ARCE, A.; MARTINS, L. M.; **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?: em defesa do ato de ensinar**. São Paulo: Alínea, 2007. ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton. Brincadeiras de papéis sociais na Educação Infantil. São Paulo: Xamã, 2006. LEONTIEV. A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978. Capítulos: Aparecimento da consciência humana; homem e a cultura; o desenvolvimento do psiquismo na criança. LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem na escola. Reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador — BA, Ed. Malabares, 2005. NETTO,

José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Trabalho, sociedade e valor**. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política. Uma introdução crítica. SP: Cortez, 2006. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História a Educação Brasileira. A organização escolar**. SP, Campinas: Autores associados, 2003. SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**, 5ª Ed. São Paulo, autores associados, 1995, 2003. SEED/PR. **Avaliação, sociedade e escola. Fundamentos para reflexão**. (org. Lízia Helena Nagel) Curitiba, 1986. Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

CARGO: FISCAL DE RENDAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Taxas, Tributos, Impostos, Emolumentos, Fato Gerador; Isenção dos contribuintes; Responsabilidade tributária; Lei 8666/93; Contribuição de Melhoria, Hierarquia, Código de Postura Municipal; Código Tributário Nacional; Código Tributário Municipal; Constituição Federal; Noções básicas de informática; Noções básicas de atendimento ao público. Leis Municipais nºs 2.872/96-2.986/97-3.069/98-3.139/99-3.528/01-3.883/03-4.021/03-4.107/04-4.299/05-4.699/07-5.206/10-5.296/10. Decretos 4.396/07-5.200/10.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- Constituição Federal
- Código Tributário Municipal
- Código Tributário Nacional
- Código de Postura Municipal
- Legislação Municipal e Decreto Municipal solicitados no Conhecimento Específico.
- Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

CARGO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/PROCURADOR MUNICIPAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: DIREITO CONSTITUCIONAL: Teoria geral do Direito Constitucional. Conceito e concepções de Constituição. Classificação das constituições. Poder constituinte originário e derivado. Controle de constitucionalidade. Direito Constitucional intertemporal. Interpretação e integração das normas constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito. Princípio da legalidade. Princípio da igualdade. Princípio do controle judiciário. Garantias constitucionais. Habeas-corpus, mandado de segurança; mandado de injunção; habeas-data. Direito de petição. Direitos políticos. Mecanismo de freios e contrapesos. Estado

Democrático de Direito. Bases teóricas do federalismo. Repartição de competências na Federação
Processo Legislativo. O Município na Federação Brasileira. Princípios e normas referentes à
administração direta e indireta. Regime jurídico dos servidores públicos de Varginha.
Organização do Poder Judiciário. Bases constitucionais da tributação e das finanças públicas.
Sistema Tributário Nacional. Finanças públicas. Princípios gerais. Estrutura dos orçamentos
públicos. Princípios e normas constitucionais orçamentárias. Elaboração da Lei Orçamentária.
Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: controle interno, externo e tribunais de contas.
Ordem econômica e financeira. Princípios gerais. Atuação do Estado no domínio econômico.
Política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico. Direito de propriedade.
Desapropriação. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito, abrangência, origem e evolução
histórica. Administração Pública: conceito e abrangência. Princípios da Administração Pública.
Garantias individuais. Poderes da Administração Pública. Desvio e Abuso de Poder. Estado e
Governo. Poder de Polícia. Estrutura da Administração. Descentralização e Desconcentração.
Administração Direta e Indireta. Autarquias. Fundações. Serviços Públicos: conceito, princípios,
classificação e tratamento constitucional. Concessões e Permissões de Serviços Públicos.
Atividade Econômica do Estado. Competência da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos
Municípios. Parcerias na Administração Pública. Atos Administrativos: conceito, atributos,
elementos e efeitos. Vinculação e Discricionariedade. Atos Administrativos em Espécie.
Desconstituição dos Atos Administrativos: revogação, anulação e nulificação. Convalidação.
Prescrição e Decadência. Licitação : aspectos gerais. Contrato Administrativo: conceito,
características, modificação, rescisão. Modalidades de Contratos Administrativos: concessão,
contratos de obras públicas e de prestação de serviços. Contrato de Gestão. Convênio.
Consórcio. Servidores públicos. Cargo, emprego e função pública. Regimes jurídicos. Direitos,
deveres, vantagens e responsabilidades. Responsabilidade Extracontratual do Estado.
Responsabilidade por Atos Jurisdicionais. Bens Públicos em Espécie. Bens públicos na Lei
Orgânica do Município de Varginha. Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada:
fundamentos, modalidades (limitações administrativas, ocupação temporária, requisição
administrativa, tombamento, servidão administrativa e desapropriação). Estatuto da Cidade.
Plano Diretor. DIREITO TRIBUTÁRIO e FINANCEIRO: Direito Tributário: Conceito. Formação.
Relações com outros ramos do Direito. Fontes. Tributos e suas espécies: Teoria geral. Conceito.
Classificação. Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimo Compulsório,
Contribuições especiais. Tributos Municipais. Legislação Tributária Municipal de Varginha.
Competência tributária. Limitações à competência tributária. Princípios. Imunidades. Legislação
tributária: Conceito. Validade, vigência e eficácia. Finanças Públicas e Direito Financeiro.

Conceito. Atividades financeiras do Estado. Aspectos constitucionais. Evolução do texto constitucional. Princípios. Normatização constitucional. Normas gerais. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei orçamentária anual. Princípios. Normas jurídicas sobre o orçamento. Créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários. Dotações dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. Iniciativa das leis e a emenda do legislativo. Limites constitucionais. Despesas públicas. Conceito. Aspectos gerais. Aspectos políticos e jurídicos. Elementos da despesa pública. Receitas públicas. Conceito. Aspectos gerais. Classificação. Originária. Derivada. Controle da execução do orçamento. Interno. Externo. Aspectos gerais. Tribunais de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Direito Processual Civil: Conceito. Processo. Divisões. Finalidades. Autonomia. Princípios Gerais. Direito Processual Constitucional. Norma Processual: objeto, natureza, interpretação, fontes e sua eficácia no espaço e no tempo. Jurisdição: Conceito. Princípios Fundamentais. Espécies e limites da jurisdição. Poderes compreendidos na jurisdição. Órgãos da jurisdição. Organização judiciária da Justiça Federal e do Estado de Minas Gerais. Funções essenciais à justiça e auxiliares da justiça. Competência: Conceito. Espécies. Critérios para a sua determinação. Competência relativa e absoluta. Prevenção. Prorrogação da competência. Perpetuação da jurisdição. Modificações da competência. Declaração de incompetência. Ação: Conceito. Natureza jurídica. Doutrina e teorias existentes. Elementos da ação. Condições da ação. Classificação das ações. Concurso e cumulações de ações. Exceção: Defesa do réu. Natureza jurídica da exceção. Classificação das exceções. Processo: Conceito. Objeto. Tipos e sua natureza jurídica. Relação jurídica processual, seus caracteres e elementos. Pressupostos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos processuais: Conceito, forma e caracteres. Classificação dos atos processuais. Citações: modalidades e seus efeitos. Intimações. Prazos: Princípios informativos da teoria dos prazos. Contagem dos prazos. Classificação dos prazos. Sujeitos da relação jurídica processual. Atos do juiz. Partes: conceito. Substituição processual. Pressupostos processuais relativos às partes. Representação processual. Procuradores: Direitos e deveres do Advogado. Litisconsórcio e Assistência. Intervenção de terceiros. Nulidades no Direito Processual Civil. Procedimento: Conceito. Processo e Procedimento. Tutela antecipada. Procedimento Ordinário. Procedimento Sumário. Petição inicial e seus requisitos. Valor da causa. Pedido: conceito, requisitos e espécies. Defesa do réu: defesa contra o processo. Defesa contra o mérito. Exceções. Contestação e seus requisitos. Reconvenção. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo. Conteúdo da decisão saneadora do processo. Provas no Processo Civil. Ônus da prova. Audiências de conciliação, instrução e julgamento. Sentença: requisitos e seus efeitos. Coisa Julgada. Ação rescisória.

Declaração de inconstitucionalidade. Recursos: Disposições gerais. Duplo grau de jurisdição. Reexame necessário (Recurso de ofício). Legitimação e interesse. Pressupostos. Apelação. Agravos. Recurso Adesivo. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência. Reclamação. Correição parcial. Processo de execução: Da execução em geral. As diversas espécies de execução. Execução contra a Fazenda Pública. Execução Fiscal. Embargos do devedor. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Processo Cautelar: Medidas cautelares. Medidas cautelares específicas: arresto, seqüestro, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, arrolamento de bens, protestos, notificações, interpelações e outras medidas provisionais. Procedimentos especiais: Ação de consignação em pagamento. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Embargos de terceiro. Ações específicas: Ação civil pública. Ação Popular. Ação de desapropriação. Ação de mandado de segurança. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Argüição de descumprimento de preceito fundamental. Ações que tenham por objeto obrigação de fazer ou não fazer e a concessão de tutela específica. Legislação Extravagante: Lei nº 7.347/85 (Ação civil pública); Lei nº 7.853/89 (Pessoas portadoras de deficiência); Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 9.494/97 (Tutela antecipada contra a Fazenda Pública); Lei nº 9.868/99 (Processo e julgamento da ação direta e inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade); Lei nº 9.882/99 (Processo e julgamento de argüição de descumprimento de preceito constitucional); Lei nº 4.717/65 (Ação popular); Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia); Lei nº 8.009/90 (Bem de família); Decreto-lei nº 3.365/41 (Desapropriação); Lei nº 4.132/62 (Desapropriação); Lei nº 10.257/01 (Desapropriação); Lei nº 6.830/80 (Execução Fiscal); Lei nº 9.507/97 (habeas data); Lei nº 8.429/92 (Improbidade administrativa); Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais); Lei nº 10.259/01 (Juizados Especiais Federais); Lei nº 12.016/09 (Mandado de segurança); Lei nº 4.348/64 (Suspensão de liminar ou de segurança); Lei nº 8.437/92 (Medidas cautelares contra o Poder Público); Lei nº 8.080/90 (SUS); Lei nº 12.153/09 (Juizados Especiais da Fazenda Pública); Leis do Município de Varginha: Parcelamento do solo urbano; Código de Posturas; Código Tributário; Plano Diretor; Lei Orgânica do Município de Varginha. DIREITO CIVIL: Lei de Introdução ao Código Civil. Aplicação da lei no tempo. Revogação, derrogação, ab-rogação. Repristinação. Vigência e eficácia das normas. Direito adquirido. Ato jurídico perfeito. Princípios gerais de direito. Das pessoas. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. Das pessoas jurídicas. Do registro civil das pessoas jurídicas. Das associações e das fundações. Do domicílio. Dos bens: imóveis,

móveis, fungíveis e consumíveis. Das coisas divisíveis e indivisíveis. Das coisas singulares e coletivas. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos e particulares. Das coisas que estão fora do comércio. Dos fatos jurídicos. Negócio Jurídico. Disposições gerais. Defeitos do negócio jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Da forma dos atos jurídicos e sua prova. Das nulidades. Prescrição: causas impeditivas ou suspensivas, causas interruptivas. A prescrição e a Fazenda Pública. Decadência. Direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Pagamento. Consignação. Sub-rogação. Imputação. Dação. Novação. Compensação. Confusão. Remissão. Inadimplemento das obrigações. Mora. Perdas e danos. Cláusula penal. Arras. Contratos. Princípios fundamentais. Contratos em geral. Extinção do contrato. Resolução por onerosidade excessiva. Das várias espécies de contrato. Evicção. Vícios redibitórios. Contrato preliminar. A locação e a Fazenda Pública. Mandato. Da obrigação de indenizar. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caso fortuito ou de força maior, fato de terceiro, fato do credor e ausência de culpa. Da indenização. Juros de mora e correção monetária. Das obrigações por ato unilateral de vontade. Títulos de crédito. Preferências e privilégios creditórios. Do direito de empresa. Empresário. Sociedades. Estabelecimento. Direito das coisas. Posse: classificação, aquisição e perda. Efeitos e defesa da posse. Compose. Direitos reais. Da propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor, hipoteca e anticrese. Registro de imóveis. Usucapião especial. DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO: Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificação. Sujeitos do contrato de trabalho. Responsabilidade solidária de empresas. Sucessão de empresas. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato individual de trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. Rescisão do contrato de trabalho. Conseqüências. Aviso prévio. Indenizações em decorrência de dispensa do empregado. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabilidade. Reintegração do empregado estável. Estabilidade especial. Readmissão. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Sistema de compensação de horas. Adicional de horas extras. Repouso semanal remunerado. Férias: direito do empregado, época de concessão e remuneração. Organização sindical. Direito de greve. Serviços essenciais. Procedimentos. Justiça do trabalho. Organização. Competência. Ministério Público do Trabalho. Competência: justiça do trabalho e justiça federal. Princípios gerais que informam o processo trabalhista. Prescrição e decadência. Execução no processo trabalhista. Precatório. Embargos à execução no processo trabalhista. Processos especiais. Ação

rescisória. Mandado de segurança. DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. Salário de contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário-base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. Normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargos efetivos dos Municípios. Previdência no serviço público. Compensação previdenciária. Lei Municipal nº 4.965/08 (Instituto de Previdência do Município de Varginha). Lei Federal nº 9.717/98. Lei Federal nº 9.796/99. DIREITO PENAL e PROCESSUAL PENAL: Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade. Direito Penal Tributário: natureza jurídica da infração tributária. Princípios do Direito Penal Tributário. Evasão, elisão, sonegação e fraude. Diferentes tipos de infração tributária. Tentativa. Tipicidade. Irretroatividade da norma penal tributária. A subjetividade na infração tributária e causas que eliminam a subjetividade. A sanção tributária em geral. Causas de extinção da punibilidade. Crimes e penas na Lei nº 8.666/93. Crimes contra o meio ambiente. Crimes contra o patrimônio histórico.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional. 8ª edição. Malheiros Editores, São Paulo, 1992.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20ª edição, Malheiros Editores São Paulo, 1992.
- ICHIARA, Yoshiaki. Direito Tributário. 6ª Edição, Editora Atlas. São Paulo. 1994.
- NUNES, Elpidio Donizete – Curso Didático de Direito Processual Civil. Editora Belo Horizonte, 2003.
- Novo Código Civil (atualizado);
- Código de Processo Civil;
- Código Tributário Nacional.
- Lei Orgânica Municipal; Código Tributário Municipal; Código de Posturas do Município de Varginha.
- Legislação Municipal e Decreto Municipal exigido no Conhecimento Específico.
- Outros Livros, apostilas e site que abrangem o programa proposto.

Prefeitura Municipal de Varginha – MG, 31 de outubro de 2011.

DR. EDUARDO ANTONIO CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL